

INCLUSÃO E ACESSIBILIDADE: AS ESTRUTURAS ARQUITETÔNICAS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

Paulo Henrique Nicolau dos Santos¹
Suene Franciele Nunes Chaves²

henriquenicolau02@hotmail.com

ÁREA DO CONHECIMENTO: Ciências Sociais Aplicadas

PALAVRAS-CHAVE: inclusão escolar; barreiras arquitetônicas; pessoas com deficiências; educação física; desenho universal.

1 INTRODUÇÃO

Na década de 1990, a inclusão surgiu como um marco para as configurações dos sistemas democráticos e igualitários (Piccolo,2023). Os eventos ganharam tamanha proporção que atingiu as escolas. Partindo do pressuposto que a escola é parte fundamental do desenvolvimento pleno do ser humano, a inclusão escolar é o processo de adequação da escola para que todos os alunos possam receber uma educação de qualidade, cada um a partir da realidade com que ele chega à escola (Sasaki,2013). Contudo, a educação inclusiva não representa apenas a inserção física dos alunos nos espaços escolares, é necessário ainda que estes se sintam parte integrante do processo de ensino-aprendizagem (Passamani *et al.*,2021). Nesse sentido, além das técnicas utilizadas por docentes para o desenvolvimento da pessoa com deficiência a falta de acessibilidade arquitetônica atrapalha a participação, experiências e participação no desenvolvimento educacional (Martins; Pieczkowski,2024). O Censo Escolar de 2023, mostram que as matrículas da educação especial avançaram em classes comuns. Conforme divulgado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (INEP), o percentual de matrículas de alunos 4 a 17 anos incluídos em classes comuns também vem aumentando gradativamente, passando de 94,2%, em 2022, para 95% em 2023 (Brasil,2024). O Censo Escolar (INEP/MEC,2020) possui dados de acessibilidade restritos somente aos anos de 2019 e 2020, que mostram que 60% das escolas ainda não têm qualquer medida de acessibilidade arquitetônica. Banheiros acessíveis (47%), a presença de corrimão (25%) e rampas (48%) estão entre os recursos de acessibilidade mais comuns (IRM,2022). Além dos dados disponíveis nas bases de dados nacionais, os trabalhos acadêmicos disponíveis na literatura reportam que a acessibilidade nos espaços escolares também necessita de atenção (Cardozo; Schneider,2021; Santos; Silva,2023). Cardozo e Schneider (2021) analisaram as redes municipais de Pinhais – PR e observaram que há muitos aspectos para avançar com relação à acessibilidade arquitetônica. Além disso, os autores relataram que os avanços nessa temática só ocorrerão com a compreensão de que à acessibilidade faz parte dos direitos à educação (Cardozo; Schneider,2021). Outro estudo, desta vez realizado em escolas municipais de São

¹ Acadêmico do Curso de Educação Física – Centro Universitário Vértice, Matipó, setembro, 2024.

² Docente do Curso de Educação Física – Centro Universitário Vértice, Matipó, setembro, 2024.

João de Princesa – PB demonstrou que a atualidade do cenário escolar quanto a acessibilidade arquitetônica enfrenta a falta de investimentos para fazer adequações no modelo da NBR 9050 e neste sentido, apresentam dificuldades em proporcionar autonomia, independência e segurança da pessoa com deficiência (Santos; Silva,2023). Entender a existência de políticas educacionais sob a perspectiva inclusiva auxilia na implementação da acessibilidade arquitetônica (Cardozo; Schneider, 2021), portanto pesquisas que avaliem essa temática são importantes para o reconhecimento das barreiras, lacunas e possibilidades de abordagem de políticas públicas e órgãos competentes a fim de atender ao menos aos modelos estabelecidos por normas. Assim tem-se a seguinte questão norteadora: quais as condições de acessibilidade arquitetônica em uma escola da rede estadual de ensino de um município do interior de MG. Portanto, o objetivo principal desta pesquisa é verificar as condições de acessibilidade arquitetônica em uma escola da rede estadual de ensino de um município do interior de MG. Avaliar essas questões pode trazer luz a diretores, inspetores e autoridades relacionadas ao âmbito escolar a fim de desenvolver práticas e formas de angariar recursos para o desenvolvimento dos espaços físicos em função da qualidade do ensino-aprendizagem de seus educandos de forma plena, satisfatória. No Brasil, existem normas e legislações, consideradas as mais avançadas no mundo, mas ainda falta aplicá-las de igualitária para pessoas com deficiência.

2 METODOLOGIA

O presente trabalho, trata-se de uma pesquisa de estudo de caso com abordagem quantitativa. Para (Cantanhede,2023) o estudo de caso é uma metodologia científica que permite ao pesquisador investigar um fenômeno em profundidade dentro do seu contexto real. De acordo com Silva (2017) a pesquisa quantitativa visa compreender a dimensão estatística de determinada questão , uma modalidade de pesquisa que atua com variáveis quantificadas em números. Para isso, o pesquisador precisa agir apenas como um observador, sem influenciar o conteúdo das informações a serem coletadas. A pesquisa será realizada entre junho e setembro de 2024, em um município do Interior de Minas Gerais localizado na Zona da Mata Mineira, que possui 7.166 habitantes, tendo sua área territorial 402,739 km², suas principais atividades econômicas vêm das áreas industriais e da agropecuária, está localizada a cerca de 200km da capital (IBGE,2023).A pesquisa será realizada em uma escola da rede pública, que pertence a Superintendência Regional de Ensino de Ponte Nova, Minas Gerais. De nível estadual, a rede de ensino está localizada na área urbana, possui atualmente 464 alunos matriculados sendo do Ensino Médio, Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), destes, 17 alunos usufruem da Educação Especial (QEdu,2023). A pesquisa será realizada apenas após a autorização pelo responsável pela instituição a partir da assinatura do Termo de Autorização. A pesquisa seguirá os princípios éticos para o desenvolvimento de estudos com seres humanos, seguindo a Resolução 196/96 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) e em função desse tipo de abordagem da pesquisa não ter caráter de abordagem direta não será preciso submeter à Comissão de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP/ UNIVÉRTIX). Contudo, outros procedimentos éticos serão garantidos pelo pesquisador, como: sigilo absoluto do nome da instituição e responsável legal da instituição de ensino. Serão avaliadas as condições de acessibilidade arquitetônica da referida escola de acordo com a NBR

9050 (ABNT,2015). Para verificar as condições de acessibilidade arquitetônica serão realizadas aferições das rampas, corrimões, mobiliário, sanitário e largura das portas e entre outras sob perspectiva da acessibilidade arquitetônica de acordo com a normas do Manual de Acessibilidade da ABNT, baseado no questionário validado por Pereira (2013) e adaptado por Santana (2017). Para coleta de dados os materiais utilizados serão: uma ficha de avaliação, caneta esferográfica azul, trena e transferidor. Serão realizadas 3 medidas, as quais serão anotadas de acordo com os dados obtidos e serão organizadas posteriormente no Microsoft Excel. Serão calculados os valores médios e comparados com o preconizado pela NBR 9050/2020.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

A pesquisa encontra-se em andamento, na fase de coletas de dados, neste sentido ainda não há resultados para análise e discussão.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por se tratar de uma pesquisa em andamento não sabemos como estão as questões de acessibilidade arquitetônica da escola, esperamos que a escola esteja dentro dos parâmetros estabelecidos pela Norma de Acessibilidade.

REFERÊNCIAS

ABNT. Associação Brasileira De Normas Técnicas. **Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos**. Rio de Janeiro, 11 out. 2015. Disponível em: http://acessibilidade.unb.br/images/PDF/NORMA_NBR-9050.pdf. Acesso em: 28 maio. 2023

CANTANHEDE, Y. **Descubra o que é estudo de caso, sua importância e como desenvolver essa pesquisa acadêmica**. 2023. Disponível em: <<https://blog.uninassau.edu.br/estudo-de-caso/>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

CARDOZO, R. D.; SCHNEIDER, G. Acessibilidade arquitetônica, deficiência física e o direito à educação. **Olhar de Professor**, [s. l.], v. 24, p. 1–23, 2021. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/18321>. Acesso em: 12 jun. 2024.

DOS SANTOS, Manoel José; DA SILVA, Thais Tainan Santos. Acessibilidade Arquitetônica Em Escolas Públicas Municipais De São José De Princesa-PB. **Revista Multidisciplinar do Sertão**, v. 5, n. 2, p. 196-205, 2023. Disponível em: <https://revistamultisertao.com.br/index.php/revista/article/view/556isertao.com.br>) Acesso em 20 de jun. 2024

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **São Pedro dos Ferros - Minas Gerais**. 2023. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/sao-pedro-dos-ferros/panorama>>. Acesso em: 10 jun. 2024.

INEP. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais. **Matrículas Na Educação Especial Chegam a Mais de 1,7 Milhão**. [s.l.].2024. Disponível em:

<<https://www.gov.br/inep/pt-br/assuntos/noticias/censo-escolar/matriculas-na-educacao-especial-chegam-a-mais-de-1-7-milhao>>. Acesso em: 15 maio. 2024.
IRM- Instituto Rodrigo Mendes. **Políticas de Educação Inclusiva para Governos Estaduais e Federal.** [s.l.].2022. Disponível em: <<https://institutorodrigomendes.org.br/politicas-educacao-inclusiva/>>. Acesso em: 27 maio. 2024.

MARTINS, P. C.; PIECZKOWSKI, T. M. Z. In/acessibilidade escolar para estudantes com deficiência física. **Revista Intersaberes**, [s.l.], v. 19, p. e24do2004, 2024. Disponível em: <https://www.revistasuninter.com/intersaberes/index.php/revista/article/view/2564>. Acesso em: 1 jun. 2024.

PICCOLO, Gabriel Martins. Por que devemos abandonar a ideia de educação inclusiva. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 44, p. 1-17, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/ywPj7Z3kdhmL5PLtQhN63hv/#>. Acesso em 17 jun. 2024.

PASSAMANI, R. S.; MARTINS, J. T.; GABBI, E. C.; MARTINS, J. S. Independência Funcional De Alunos Com Deficiência Física e Acessibilidade No Ambiente Escolar. **Disciplinarum Scientia | saúde**, Santa Maria (RS, brasil), v. 22, n. 1, p. 279–289, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufn.edu.br/index.php/disciplinarums/article/view/3829>. Acesso em: 3 jun. 2024.

QEdu. **Escola Estadual Senador Levindo Coelho.**2023. Disponível em: <<https://qedu.org.br/escola/31129658-ee-senador-levindo-coelho>>. acesso em: 10 jun. 2024.

SASSAKI, R. K. **O Direito À Educação Inclusiva, Segundo a Onu.** Diversa, 24 maio 2013. Disponível em: <<https://diversa.org.br/artigos/o-direito-a-educacao-inclusiva-segundo-a-onu/>>. Acesso em: 15 maio. 2024

SILVA, G. L. F. KNECHTEL, Maria do Rosário. Metodologia da pesquisa em educação: uma abordagem teórico-prática dialogada. Curitiba: Intersaberes, 2014. **Práxis Educativa**, [s. l.], v. 11, n. 2, p. 531–534, 2017. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/8846>. Acesso em: 20 jun. 2024.

VALANI, Raquel; ROCHA OLIVEIRA, Cristiane Lopes. Os Desafios da Formação e Atuação em Sala de Aula: As Perspectivas dos Professores em Escolas do Campo no Município de Castelo (es) Diante da Educação Inclusiva. **Revista Educação Especial em Debate**, [s.l.], v. 4, n. 8, p. 113–124, 2019. Disponível em: [www.https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/28534](https://periodicos.ufes.br/reed/article/view/28534). Acesso em: 10 jun. 2024.